



Política Energética e Modernização no Paraná: O Plano Hidroelétrico no Governo Moysés Lupion

Política Energética y Modernización en Paraná: El Plan Hidroeléctrico en el Gobierno de Moysés Lupion

E1_05 Infraestruturas hídricas, urbanização e interescalaridade: planejamento regional na América Latina do século XX

Nadyeska Bruna Copat da Silva

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Maringá, Brasil,
nbcopat@gmail.com

Leonardo Cassimiro Barbosa

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Maringá, Brasil,
lcbarbosa@uem.br

Resumo: O artigo aborda o contexto histórico e a política energética no Paraná elaborado durante o governo de Moysés Lupion, com foco no Plano Hidroelétrico Paranaense. O tema central é a análise do processo de modernização e desenvolvimento energético do estado, particularmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil e o Paraná buscavam superar desafios de infraestrutura e crescimento populacional. O objetivo principal é compreender como o governo estadual, alinhado às diretrizes federais, estruturou um modelo de gestão hidro energética que integrava modernização e desenvolvimento econômico. A metodologia adotada foi histórica e documental, com a análise de fontes primárias, como as mensagens de governo e relatórios estaduais, além de fontes secundárias. A pesquisa examina as estratégias políticas e institucionais envolvidas na implementação do plano, focando na centralização da gestão energética e na criação do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), além de discutir os impactos dessas ações no setor elétrico e na infraestrutura do Paraná. Como principais conclusões, o artigo destaca a importância da intervenção estatal na organização do setor energético, a criação de um planejamento coordenado e a superação da fragmentação do sistema energético no Paraná. O governo de Lupion propôs a integração das várias iniciativas regionais, estabelecendo um plano hidroelétrico com ênfase na utilização dos recursos hídricos e na expansão da capacidade geradora de energia elétrica, alinhado com o Plano Nacional de Eletrificação.

Palavras-chave: eletrificação, desenvolvimento regional, Paraná, políticas públicas, Moyses Lupion.

Resumen: *El artículo aborda el contexto histórico y la política energética en Paraná elaborados durante el gobierno de Moysés Lupion, con énfasis en el Plan Hidroeléctrico Paranaense. El tema central es el análisis del proceso de modernización y desarrollo energético del estado, particularmente en el período posterior a la Segunda Guerra Mundial, cuando Brasil y Paraná buscaban superar los desafíos de infraestructura y crecimiento poblacional. El objetivo principal es comprender cómo el gobierno estatal, alineado con las directrices federales, estructuró un modelo de gestión hidroenergética que integraba la modernización y el desarrollo económico. La metodología adoptada fue histórica y documental, con el análisis de fuentes primarias, como los mensajes de gobierno y los informes estatales, además de fuentes secundarias. La investigación examina las estrategias políticas e institucionales involucradas en la implementación del plan, centrándose en la centralización de la gestión energética y en la creación del Departamento de Aguas y Energía Eléctrica (DAEE), además de discutir los impactos de estas acciones en el sector eléctrico y en la infraestructura de Paraná. Como principales conclusiones, el artículo destaca la importancia de la intervención estatal en la organización del sector energético, la creación de una planificación coordinada y la superación de la fragmentación del sistema energético en Paraná. El gobierno de Lupion propuso la integración de las diversas iniciativas regionales, estableciendo un plan hidroeléctrico con énfasis en el uso de los recursos hídricos y en la expansión de la capacidad generadora de energía eléctrica, en consonancia con el Plan Nacional de Electrificación.*

Palabras-clave: *electrificación, desarrollo regional, Paraná, políticas públicas, Moysés Lupion*

Introdução

No campo da política energética, a preocupação com a geração e a distribuição de eletricidade tornou-se central nas ações do Estado brasileiro, especialmente a partir do período Vargas, quando a industrialização e a modernização econômica passaram a ser apresentadas como caminhos para a superação do atraso nacional. A promulgação do Código das Águas (1934) representou um marco decisivo nesse processo ao estabelecer novas bases legais para o aproveitamento dos recursos hídricos. Essa legislação diferenciou a propriedade do solo da propriedade das quedas d'água, definindo o regime de autorizações e concessões para exploração hidrelétrica, o que permitiu ao Estado exercer papel regulador sobre o setor (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988).

Desde o final do século XIX, a eletrificação no Paraná teve início com experiências locais, especialmente em Curitiba, onde pequenas usinas particulares abasteciam áreas urbanas restritas. Até os anos 1930, predominava um sistema fragmentado, sem coordenação estadual e fortemente dependente da iniciativa privada (Siqueira et al., 1994). A partir da década de 1940, no entanto, um novo cenário emergiu: o Estado assumiu papel ativo na coordenação do setor elétrico, criando, em 1947, o Serviço de Energia Elétrica do Estado, posteriormente reorganizado, em 1948, como Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). Esse movimento refletia o modelo de governança energética proposto pelo Plano Nacional de Eletrificação (PNE), cujo objetivo era ampliar a capacidade geradora e integrar os sistemas regionais.

O contexto político e econômico do período foi marcado pelo crescimento populacional e urbano, com a população paranaense saltando de cerca de 1,2 milhão de habitantes em 1940 para mais de 4,2 milhões em 1960, um aumento superior a 340% em vinte anos (Siqueira et al., 1994). A urbanização, especialmente nas cidades do Norte do estado, como Londrina e Maringá, demandava infraestrutura e energia para sustentar a expansão agrícola e a incipiente industrialização. Paralelamente, o Estado consolidava-se como uma das principais fronteiras agrícolas do país, impulsionado pelo café e pelas políticas de colonização como a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, o que evidenciava a necessidade de um sistema energético estruturado e articulado ao planejamento territorial (Cestaro, 2019; Gardin, 2009).

Nesse contexto, em 1948 foi elaborado o Plano Hidroelétrico Paranaense Moysés Lupion, reconhecido como o primeiro esforço sistemático de planejamento do uso dos recursos hídricos do Estado do Paraná. Inspirado diretamente nas diretrizes do Plano Nacional de Eletrificação de 1946, o documento representou um marco na tentativa de estruturar uma política pública estadual voltada à geração e distribuição de energia elétrica. O plano previa a criação de empresas estatais ou de economia mista responsáveis pela construção e operação das usinas, a interligação progressiva dos sistemas isolados de fornecimento de energia e a expansão da capacidade geradora em três grandes regiões estratégicas: Curitiba e Sul, Norte e Centro-Oeste/Noroeste, refletindo a busca por integração territorial e modernização econômica alinhada ao discurso desenvolvimentista do período.

Apesar de seu caráter inovador, o plano enfrentou sérios obstáculos financeiros e técnicos, uma vez que o Paraná ainda carecia de infraestrutura de transmissão e dependia de capitais externos. Mesmo assim, o DAEE desempenhou papel fundamental na regulação e normatização do setor, produzindo levantamentos técnicos que serviram de base para a criação da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) em 1954, que consolidou a centralização administrativa da energia estadual.

Assim, este estudo busca analisar o Plano Hidroelétrico Paranaense de 1948, compreendendo-o como expressão de um projeto político de modernização e desenvolvimento. Investiga-se como o Estado, por meio de discursos e ações institucionais, consolidou um modelo hidro energético voltado à centralização e ao controle territorial. O estudo articula política energética, planejamento e ocupação territorial, a partir da perspectiva de que as redes técnicas, conforme Milton Santos (2008), são instrumentos de poder e integração seletiva do território.

A metodologia adotada nesta pesquisa combina uma abordagem histórica e documental, privilegiando a análise de fontes primárias e secundárias que permitiram compreender a formação, a implementação e os desdobramentos das políticas energéticas no Paraná. O estudo foi estruturado a partir de três eixos interpretativos complementares: o primeiro refere-se à formação do campo energético nacional e à sua influência sobre as políticas estaduais, destacando como as diretrizes federais moldaram o planejamento local; o segundo eixo analisa a atuação do governo de Moysés Lupion na formulação e gestão do Plano Hidroelétrico Paranaense, evidenciando as estratégias políticas e institucionais envolvidas nesse processo; e o terceiro aborda as repercussões territoriais da eletrificação entre 1948 e 1954, relacionando-as à modernização e à reorganização do espaço paranaense.

Governo de Moysés Lupion e o Plano

Na mensagem enviada à Assembleia Legislativa em 1948, o governador Moysés Lupion apresentou um panorama da situação energética do Paraná desde os anos 1920 até o início de seu mandato, em 12 de março de 1947. Em seu discurso, Lupion enfatizou a descentralização histórica da gestão energética do Estado, destacando a ausência de uma

política organizada e a consequente deficiência no setor, apesar do Paraná ter uma força hidráulica que poderia ser utilizada. Segundo o próprio governador, as iniciativas energéticas anteriores foram fragmentadas e conduzidas pelos municípios, muitas vezes sem os recursos necessários, resultando em soluções precárias e insuficientes para atender às demandas básicas da população (Paraná, 1948a, p. 8).

Com o objetivo de reverter esse cenário, Lupion propôs a centralização da gestão energética nas mãos do Estado, inserindo definitivamente a questão na agenda política estadual. Seu governo rejeitava soluções provisórias e fragmentadas, defendendo a necessidade de um plano estruturado para a eletrificação do Paraná, de forma a evitar que medidas paliativas apenas postergassem a resolução efetiva do problema (Paraná, 1948a, p. 8).

Os discursos governamentais, antes restritos a críticas sobre a qualidade dos serviços e à negociação de concessões, passaram a ser embasados em estudos metódicos e comparações numéricas. Dados de consumo e produção foram utilizados para demonstrar a defasagem do Paraná em relação a países desenvolvidos, onde o consumo de energia era cerca de dez vezes maior. Com isso, uma nova abordagem conferiu força ao discurso governamental, fortalecendo a argumentação em favor da estatização do setor energético que estava alinhada com a política nacional estabelecida desde o Código das Águas de 1934, mas que, até então, havia tido pouca efetividade devido às crises internas e às consequências da Segunda Guerra Mundial (Paraná, 1948a, p. 8).

Para viabilizar a ampliação do setor, o governo de Lupion realizou estudos e levantamento dos potenciais hídricos do Estado. Esse planejamento reforçou a necessidade de uma estrutura estatal

para organizar e regular o setor, o que culminou na criação do Serviço de Energia Elétrica, instituído pelo Decreto-Lei 664, de 7 de agosto de 1947, e vinculado à Secretaria de Viação e Obras Públicas (Siqueira et al, 1994, p. 92).

Lupion enfatizava a subordinação de seu governo às diretrizes federais, ressaltando a colaboração com o Conselho Nacional de Água e Energia Elétrica (Paraná, 1948a, p. 44). Essa articulação nacional era essencial para a implementação de um plano que superasse a crise energética, seguindo as recomendações da Comissão Técnica do Planejamento de Energia Elétrica. Com o intuito de consolidar a gestão estatal do setor energético, o governo de Lupion criou o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), como mencionado anteriormente, por meio da Lei nº 113, de 15 de outubro de 1948 (Paraná, 1948b, p. 1).

Uma das primeiras iniciativas do DAEE foi a elaboração do “Plano Hidroelétrico Paranaense Moysés Lupion”, entregue à Secretaria de Viação e Obras Públicas em 30 de março de 1949 pelo engenheiro e diretor do departamento, Luis Orlando. O plano, dividido em duas partes, apresentou um breve histórico da situação energética estadual e reafirmou o Paraná como o Estado com maior potencial hidráulico do país.

Para sua elaboração, o DAEE utilizou uma série de estudos e levantamentos realizados em alinhamento com o Plano Nacional de Eletrificação, apresentado em janeiro de 1947 pelo Conselho Federal de Comércio Exterior. O objetivo principal desse plano era garantir o desenvolvimento econômico do Brasil por meio da “racionalização progressiva de sua indústria de energia elétrica” (Paraná, 1949). Dessa forma, o plano hidroelétrico estadual estava mais vinculado às diretrizes federais do que ao que leva o nome do governador. Segundo Siqueira et al. (1994), o documento foi fortemente inspirado no Plano Nacional de Eletrificação de 1946, que previa a expansão da geração de energia e a criação de empresas estatais ou de economia mista para viabilizar as obras necessárias (Siqueira et al., 1994, p. 96).

A formulação do Plano Hidroelétrico Paranaense no primeiro governo de Moysés Lupion, que foi de 1947 a 1951, representou um marco na organização do setor energético estadual, mas sua implementação enfrentou desafios técnicos e financeiros. A necessidade de infraestrutura para interligar as regiões mapeadas e distribuir a energia de forma eficiente exigia investimentos robustos, os quais nem sempre estavam disponíveis no orçamento estadual. Para superar essa limitação, Lupion buscou parcerias com instituições federais e articulou políticas que incentivassem a participação da iniciativa privada, ainda que sob forte regulação estatal (Siqueira et al., 1994, p. 100).

Como se percebe, a Figura 01 mostra que o plano obedeceu à divisão proposta em 1948, onde o Estado do Paraná contaria com três grandes áreas: (I) Curitiba, arredores e sul; (II) Norte; e (III) Centro, Oeste e Noroeste.

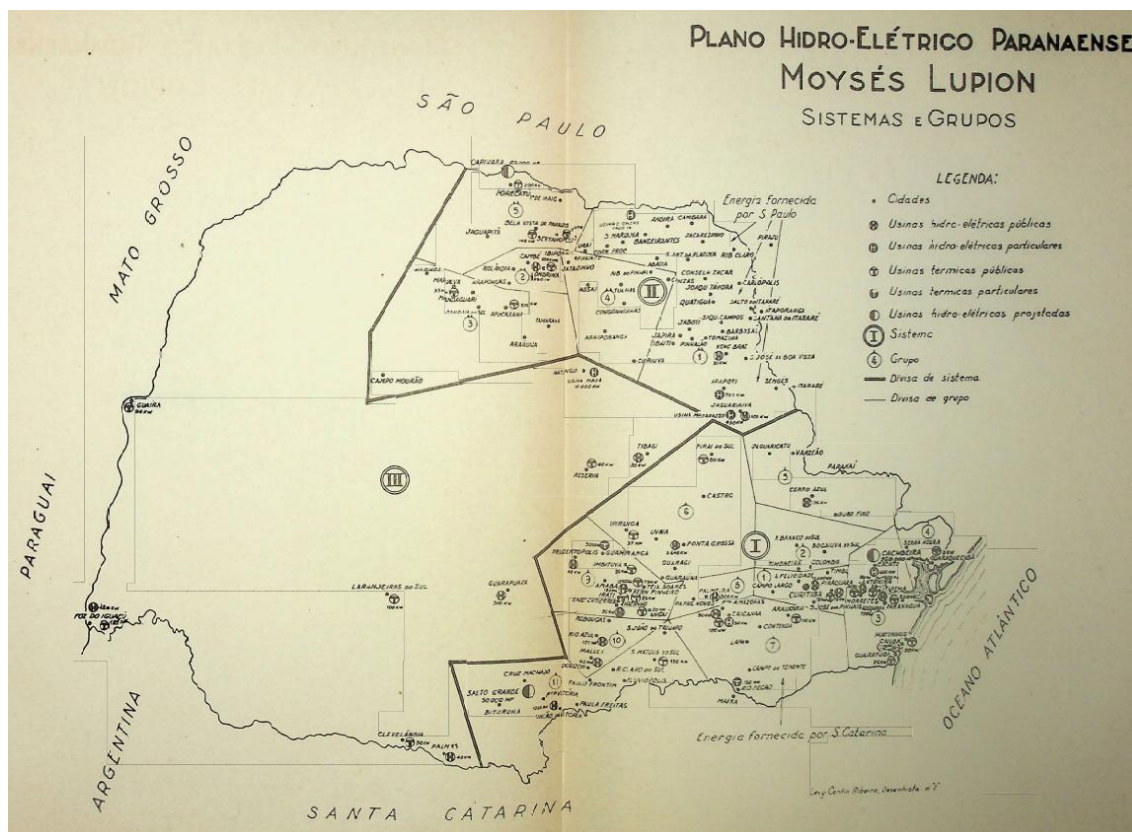


Figura 01: Plano Hidroelétrico Paranaense Moysés Lupion. Fonte: Orlando (1949), editada pelos autores.

Como se observa no mapa do Plano Hidroelétrico Paranaense, a prioridade inicial de elaboração e intervenção concentrou-se nas regiões I e II. Essa definição esteve diretamente relacionada ao processo histórico de ocupação e organização territorial do Paraná, marcado por profundas assimetrias econômicas e demográficas ao longo da primeira metade do século XX. Conforme apontam Siqueira et al. (1994), o período entre as décadas de 1940 e 1950 foi caracterizado por intenso crescimento populacional, rápida urbanização e criação de novos municípios, especialmente nas áreas de maior dinamismo econômico.

A região II, correspondente ao norte do Paraná, encontrava-se em acelerado processo de ocupação, impulsionado pela expansão da economia cafeeira e pela forte integração econômica e logística com o estado de São Paulo. Esse processo resultou na formação de novos núcleos urbanos, no adensamento populacional e no surgimento de cidades médias, como Londrina e Maringá, que passaram a demandar infraestrutura energética compatível com sua crescente complexidade econômica (Siqueira et al., 1994). Além disso, a dependência parcial do fornecimento de energia proveniente de São Paulo evidenciava a fragilidade da autonomia energética estadual e reforçava a necessidade de intervenção do governo paranaense, elemento central no discurso de modernização defendido pelo governo de Moysés Lupion.

A região I, que compreendia Curitiba, seu entorno imediato e parte do sul do estado, apresentava um padrão de ocupação mais antigo e consolidado, concentrando as funções político-administrativas e parte significativa das atividades industriais e de serviços. Embora a capital paranaense dispusesse de eletrificação desde o final do século XIX, o fornecimento de energia mostrava-se insuficiente e tecnicamente defasado frente ao crescimento urbano e à diversificação das atividades econômicas, gerando frequentes reclamações quanto à qualidade do serviço

(Siqueira et al., 1994). Nesse sentido, a prioridade conferida a essa região visava não apenas ampliar a oferta de energia, mas modernizar e racionalizar uma infraestrutura já existente, garantindo maior estabilidade ao funcionamento da capital.

A análise dessa hierarquização territorial evidencia que o Plano Hidroelétrico Paranaense operava como uma rede técnica estratégica, cuja implantação refletia relações de poder e interesses econômicos específicos. Conforme argumenta Milton Santos (2008), as redes técnicas não se distribuem de forma neutra no território, mas tendem a privilegiar áreas de maior relevância política e econômica, reforçando centralidades e aprofundando desigualdades espaciais. Assim, a priorização das regiões I e II revela como o planejamento energético no Paraná esteve articulado à lógica de integração territorial seletiva, na qual a eletrificação funcionou como instrumento de suporte ao desenvolvimento econômico e à consolidação do poder estatal, ao mesmo tempo em que relegava regiões menos dinâmicas, como o oeste do estado, a um papel secundário no cronograma de investimentos.

Ampliando a figura I percebe-se a configuração de cada uma das regiões na figura 02, 03 E 04.

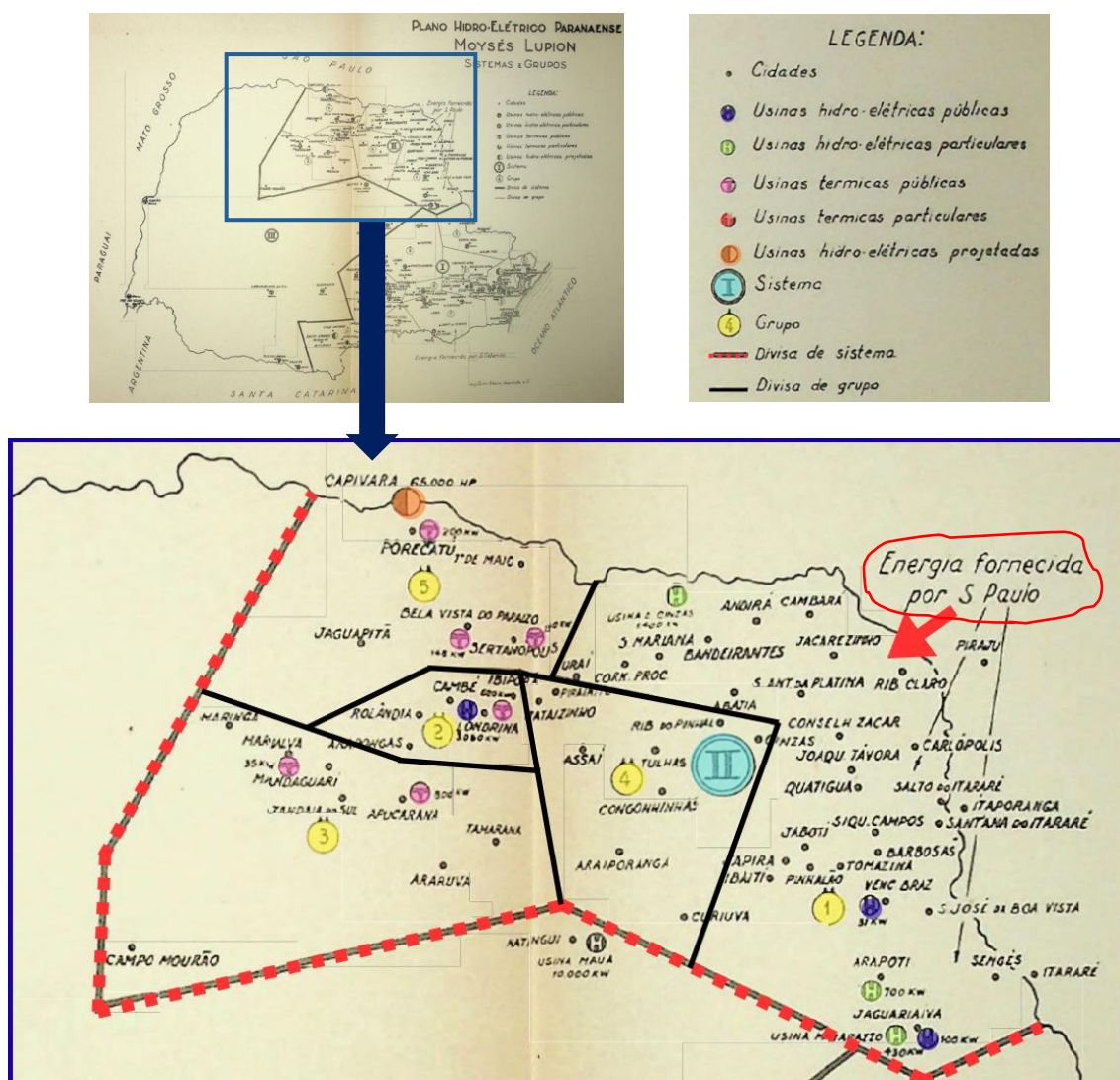


Figura 02: Região I do Mapa da Figura 01. Fonte: Orlando (1949), editada pelos autores.

Na região I (Figura 02), correspondente à área de ocupação mais antiga e institucionalmente consolidada do Paraná, o Plano Hidroelétrico Paranaense propôs uma subdivisão em 11 grupos, evidenciando a complexidade e a heterogeneidade do sistema energético já existente. Essa região concentrava tanto a capital do estado quanto municípios com infraestrutura mais estruturada, resultado de um processo histórico de ocupação anterior ao avanço das frentes agrícolas do norte paranaense.

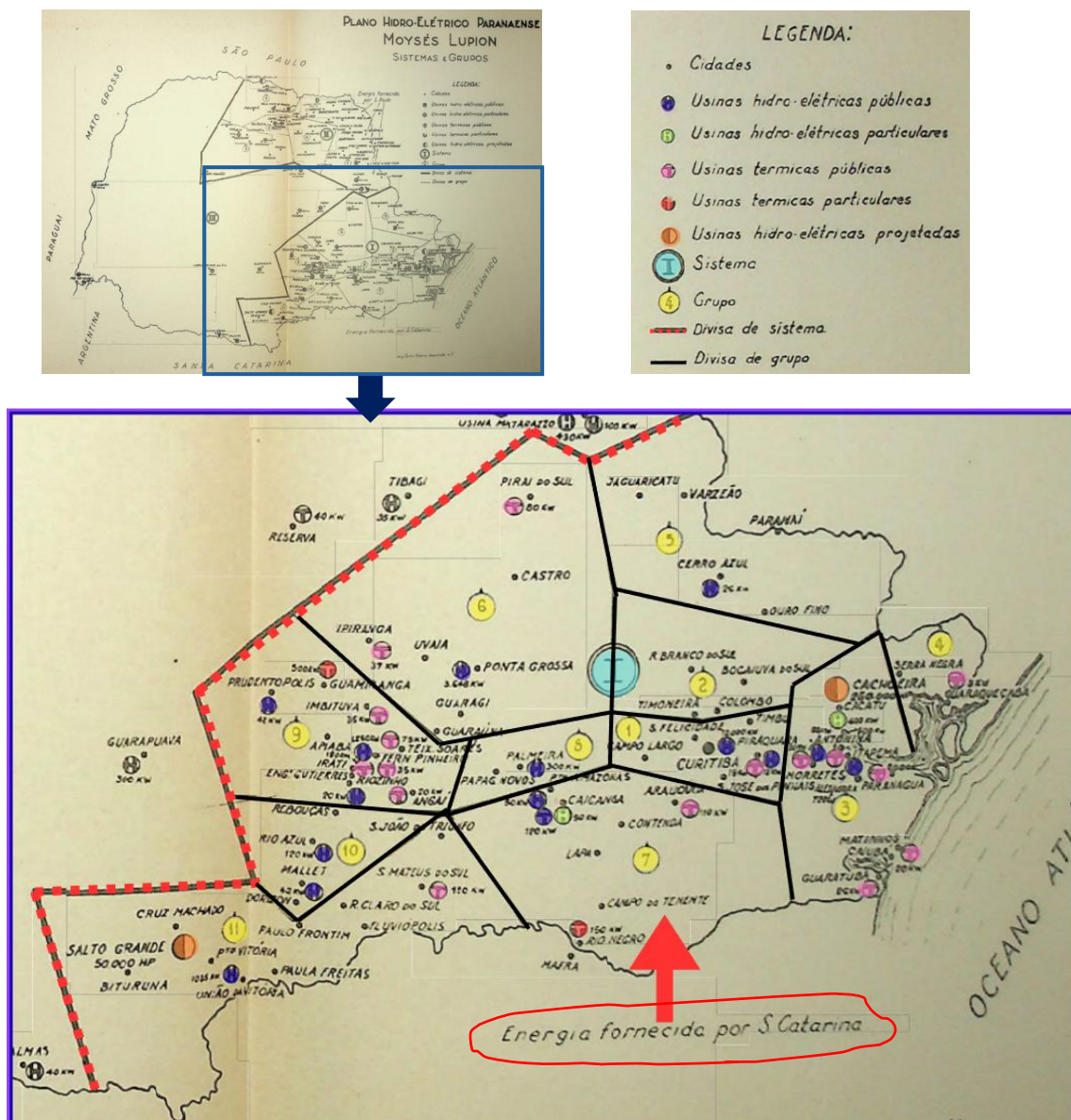
A análise da distribuição das usinas revela a coexistência de diferentes modalidades de geração e de distintos agentes responsáveis pelo fornecimento de energia. Observa-se, por exemplo, que o grupo 1 reunia duas usinas hidrelétricas particulares e uma usina térmica pública, enquanto o grupo 2 não apresentava nenhuma unidade instalada, evidenciando vazios energéticos mesmo em áreas consideradas prioritárias. No grupo 3, identificam-se duas usinas hidrelétricas particulares, três térmicas públicas, uma usina hidrelétrica projetada (a Usina de Cachoeira) e outra hidrelétrica particular, demonstrando tanto a fragmentação do sistema quanto a tentativa de ampliação da capacidade instalada.

Nos grupos 4 e 5, verifica-se a presença pontual de geração pública, com uma usina térmica no primeiro e uma usina hidrelétrica no segundo. Já o grupo 6 apresentava uma composição mista, formada por duas usinas térmicas públicas e uma hidrelétrica pública, enquanto o grupo 7 concentrava o maior grau de diversidade institucional, reunindo duas usinas térmicas públicas, uma hidrelétrica particular, uma hidrelétrica pública e uma térmica particular. Essa multiplicidade de arranjos reforça o diagnóstico apresentado pelo próprio governo estadual acerca da ausência de coordenação e da fragmentação do setor elétrico paranaense antes da implementação do plano (Paraná, 1948a; Siqueira et al., 1994).

Nos grupos 8, 9, 10 e 11, nota-se uma presença mais significativa do poder público na geração de energia. O grupo 8 contava com uma usina hidrelétrica pública; o grupo 9 concentrava três usinas hidrelétricas públicas, uma particular e cinco térmicas públicas; o grupo 10 apresentava duas usinas hidrelétricas públicas; e o grupo 11 reunia uma usina térmica pública, uma hidrelétrica pública e uma usina projetada (a Usina de Salto Grande). Esse conjunto de dados indica um movimento gradual de fortalecimento da atuação estatal, especialmente nas áreas consideradas estratégicas para a estabilidade do sistema energético da capital e de seu entorno.

Cabe destacar, ainda, que no grupo 7 existia uma conexão de fornecimento de energia proveniente do estado de Santa Catarina, aspecto que, embora não seja o foco central deste artigo, evidencia a fragilidade da autonomia energética regional e aponta para a existência de redes Inter territoriais de abastecimento. Tal elemento sugere uma agenda futura de pesquisa sobre a cooperação interestadual e a integração dos sistemas elétricos no sul do Brasil, tema que ganha relevância no contexto da centralização e do planejamento energético defendidos a partir da década de 1940.

Na figura 03, temos a região II do Mapa de Lupion, ou seja, a segunda das 3 divisões que o governador propôs.



A região II (Figura 03), correspondente ao norte do Paraná, foi subdividida em cinco grupos, revelando uma configuração energética diretamente vinculada ao processo recente de ocupação territorial e à forte influência econômica do estado de São Paulo. Conforme evidenciado no mapa, observa-se uma presença significativa de fornecimento energético proveniente do território paulista, o que reforça a condição de dependência energética dessa região em relação a sistemas externos ao Paraná.

No grupo 1, a coexistência de duas usinas hidrelétricas públicas e três empreendimentos privados indica uma área em transição, na qual o poder público começava a ampliar sua atuação em um território ainda fortemente marcado por iniciativas privadas, acompanhando o rápido crescimento populacional e urbano decorrente da expansão da cafeicultura. Essa dinâmica reflete o papel estratégico do norte do Paraná como fronteira agrícola e econômica, cuja integração territorial se deu, em grande medida, por meio das redes produtivas e de infraestrutura vinculadas a São Paulo (Siqueira et al., 1994).

O grupo 2, localizado na região de Londrina, apresenta uma usina hidrelétrica pública e uma termelétrica pública, evidenciando esforços estatais para garantir maior estabilidade no fornecimento de energia em um dos principais polos urbanos e econômicos do estado. A opção por complementar a geração hidrelétrica com fontes térmicas indica respostas emergenciais à crescente demanda energética gerada pela urbanização acelerada e pela diversificação das atividades econômicas locais.

No grupo 3, que abrange municípios como Campo Mourão e Maringá, a presença exclusiva de usinas termelétricas públicas revela tanto a ausência de aproveitamentos hidrelétricos consolidados naquele momento quanto a necessidade de soluções imediatas para atender centros urbanos em rápida formação. Essa configuração reforça o caráter provisório e adaptativo da infraestrutura energética no norte do Paraná durante o processo de colonização recente, marcado por ocupação rápida e infraestrutura ainda incipiente.

O grupo 4, correspondente à região de Assaí, não apresenta nenhuma unidade geradora, evidenciando um vazio energético que contrasta com o dinamismo econômico observado em outras áreas do norte do estado. Essa ausência reforça o caráter desigual da implantação das redes elétricas e demonstra como determinadas áreas permaneceram à margem dos investimentos prioritários, mesmo inseridas em regiões de expansão agrícola.

Por fim, o grupo 5, que compreende os municípios de Porecatu e Jaguapitã, reúne três usinas termelétricas públicas e uma usina hidrelétrica projetada, a de Capivara. A inclusão dessa usina projetada no plano evidencia a tentativa de superar a dependência de soluções térmicas e de avançar para um modelo mais estruturado e permanente de geração de energia, alinhado às diretrizes do Plano Nacional de Eletrificação e à estratégia estadual de ampliação da capacidade hidrelétrica.

De modo geral, a configuração da região II no Plano Hidroelétrico Paranaense evidencia como o planejamento energético esteve diretamente articulado ao processo de ocupação recente do norte do Paraná, caracterizado por crescimento acelerado, forte influência paulista e infraestrutura em consolidação. A priorização dessa região no plano reflete não apenas critérios técnicos, mas também a necessidade política de integrar economicamente um território estratégico ao projeto de desenvolvimento estadual.

Na figura 04, temos a região III do Mapa de Lupion, a última das regiões e a menos explorada na época.

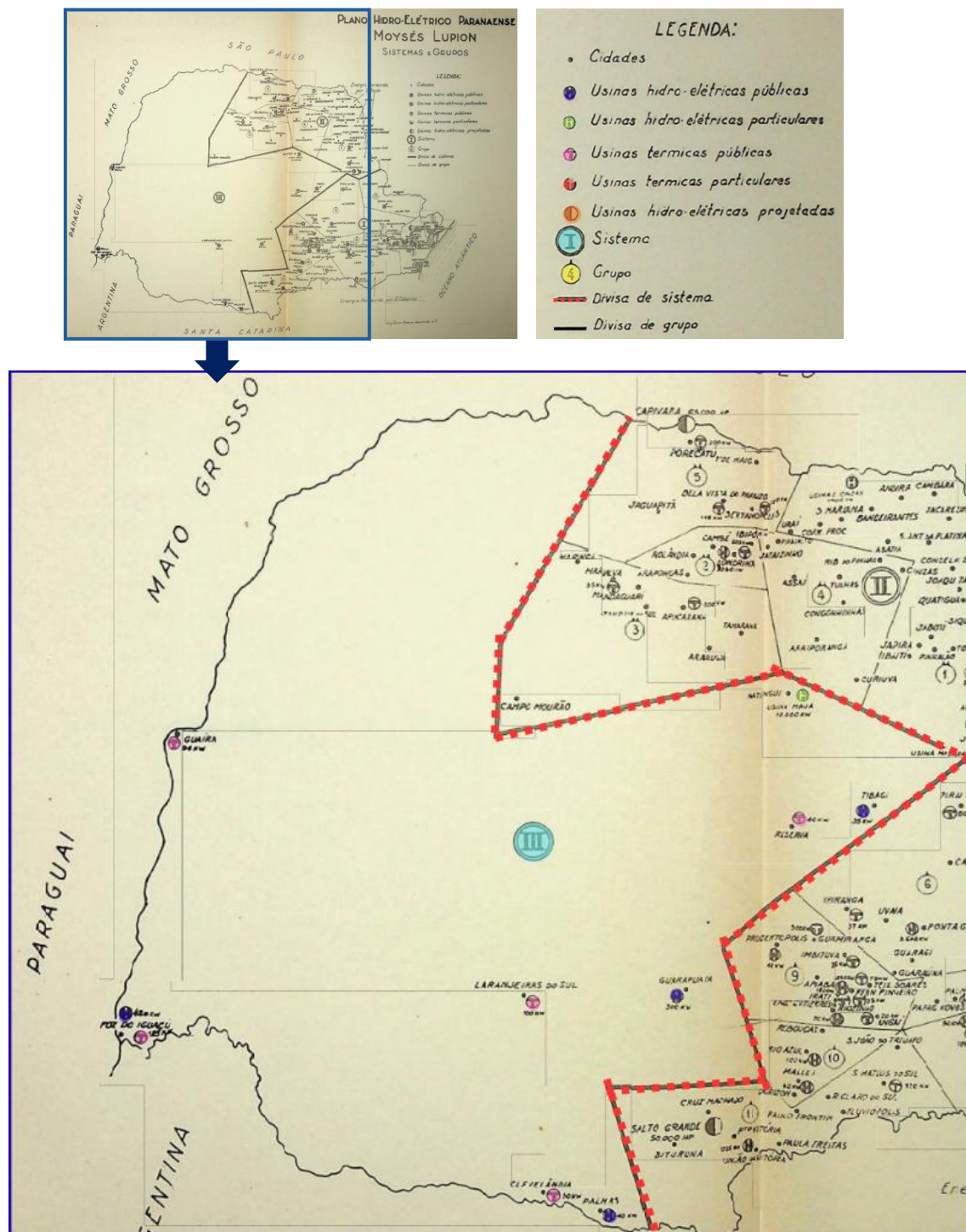


Figura 04: Região III do plano Moysés Lupion da Figura 01. Fonte: Orlando (1949), editada pelos autores.

A região III (Figura 04), que compreende o centro, oeste e noroeste do Paraná, foi a menos explorada tanto nos discursos governamentais quanto na formulação do Plano Hidroelétrico Paranaense. Diferentemente das regiões I e II, essa área foi organizada em apenas um grupo, sem subdivisões internas, o que evidencia seu papel secundário no planejamento energético estadual naquele momento.

A configuração energética da região, composta por cinco usinas termelétricas públicas, três hidrelétricas públicas e duas hidrelétricas particulares, revela uma infraestrutura ainda incipiente

e pouco articulada, marcada pela predominância de soluções térmicas de caráter provisório. Essa opção técnica reflete o estágio inicial do processo de ocupação territorial dessa porção do estado, caracterizado por núcleos urbanos dispersos, baixa densidade populacional e limitada integração econômica com os principais eixos de desenvolvimento do Paraná (SIQUEIRA et al., 1994).

A ausência de subdivisões regionais e a reduzida centralidade dessa área no plano indicam que o planejamento energético priorizou territórios já consolidados ou em acelerado crescimento, relegando o oeste e o noroeste a um papel marginal no cronograma de investimentos. Tal escolha reforça a ideia de que a implantação das redes elétricas acompanhou, de forma seletiva, os interesses econômicos e políticos dominantes, corroborando a análise de Milton Santos (2008) sobre a distribuição desigual das redes técnicas no território.

Ainda assim, a presença de usinas hidrelétricas públicas e particulares sinaliza o reconhecimento do elevado potencial hidráulico da região, que, embora pouco explorado naquele momento, viria a ser incorporado em planos posteriores de eletrificação. Desse modo, a região III aparece no Plano Hidroelétrico Paranaense mais como uma reserva estratégica de recursos do que como uma área prioritária de intervenção imediata, evidenciando os limites e as escolhas políticas do planejamento energético paranaense no pós-guerra.

Cronograma

O Plano Lupion sugeria a realização de um conjunto de obras em duas etapas. A primeira contemplava a construção da Usina de São João, da Central de Cotia e de outras oito usinas hidrelétricas de menor potência. Já na segunda etapa, previa-se a edificação das usinas de São Sebastião e Salto Grande, no Rio Iguaçu, além de outras cinco usinas. O prazo estipulado para a conclusão da primeira fase era de três anos, enquanto a segunda etapa deveria ser finalizada em oito anos. A análise do mapa demonstra que as áreas privilegiadas no cronograma de obras estavam concentradas no norte e sul do estado, deixando o oeste do Paraná inteiramente descoberto. Essa exclusão foi justificada pela alegação de que a região abrigava apenas centros isolados e distantes entre si (Siqueira et al., 1994, p. 98).

A evolução do Plano Hidroelétrico Paranaense pode ser acompanhada por meio dos pronunciamentos de diferentes governadores do estado. Durante o primeiro mandato de Moysés Lupion (1947–1950), o plano foi oficialmente decretado e sua execução atribuída ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). Observa-se que a política energética estadual estava diretamente vinculada às diretrizes do Plano Nacional de Eletrificação, que recomendava a centralização da produção de energia elétrica em cada região do país, a construção de centrais de grande capacidade e a interligação dos sistemas para fornecimento de energia em grosso às empresas distribuidoras (Siqueira et al., 1994, p. 101).

Essa orientação nacional e estadual deve ser compreendida à luz do contexto econômico do período. No final da década de 1940, o Brasil vivenciava um processo acelerado de industrialização, ao passo que o Paraná consolidava sua inserção na economia nacional por meio da expansão da cafeicultura, especialmente no norte do estado. O café não apenas estruturava a ocupação territorial e o crescimento urbano, como também ampliava a circulação de capitais, a formação de um mercado consumidor interno e a demanda por infraestrutura moderna, entre elas a energia elétrica. Nesse sentido, o planejamento energético tornou-se condição essencial para sustentar a base econômica agrícola e viabilizar a diversificação produtiva do estado.

A proposta de Lupion, portanto, não respondia apenas a uma carência técnica do setor elétrico, mas integrava um projeto mais amplo de modernização econômica, no qual a eletrificação era vista como suporte ao escoamento da produção agrícola, à instalação de beneficiadoras, armazéns, indústrias de transformação e ao fortalecimento das cidades que emergiam ao longo da fronteira cafeeira. Ao alinhar-se às diretrizes federais, o governo estadual buscava inserir o Paraná em um circuito nacional de desenvolvimento, reduzindo sua dependência de sistemas energéticos externos e fortalecendo sua autonomia econômica.

Além dos aspectos técnicos e administrativos, o plano de eletrificação produziu impactos sociais relevantes. A ampliação da oferta de energia contribuiu para a melhoria das condições de vida da população urbana e rural, favorecendo o crescimento do comércio, dos serviços e das atividades industriais nas cidades em expansão. Regiões que anteriormente dependiam de sistemas elétricos precários ou inexistentes passaram a dispor de fornecimento mais regular, ainda que marcado por desigualdades regionais. Essas assimetrias, contudo, também geraram críticas quanto ao ritmo das obras e à priorização de determinadas localidades, sobretudo aquelas associadas aos principais eixos econômicos do estado.

Por fim, a criação do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) consolidou a política energética estadual como um instrumento estratégico de intervenção econômica. O órgão não apenas realizou estudos técnicos para viabilizar o plano, mas também atuou na regulação do setor, garantindo a implementação das diretrizes estabelecidas pelo governo estadual e federal. Esse modelo institucional revelou-se fundamental para sustentar o crescimento econômico baseado no café e, posteriormente, para viabilizar a transição para um padrão mais diversificado de desenvolvimento, influenciando diretamente iniciativas futuras e preparando o terreno para a criação da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel).

Críticas e a oposição

A gestão seguinte, sob o comando de Bento Munhoz da Rocha, trouxe críticas ao antecessor, e o plano deixou de ser identificado pelo nome completo. Ainda assim, o DAEE prosseguiu com a incorporação de usinas municipais, a instalação de geradores emergenciais em localidades críticas e a construção de pequenas usinas nas localidades de Cotia, São João, Laranjinha e Caiacanga.

A insuficiência de recursos estaduais tornou imperativa a busca por financiamento externo para viabilizar a eletrificação. Esse tema foi abordado nas mensagens governamentais de 1953, sugerindo que o financiamento provavelmente seria viabilizado pela Comissão Mista Brasil-EUA (Siqueira et al., 1994, p. 103). Houve um avanço significativo nesse sentido em novembro de 1953, com a promulgação da Lei 1384, que instituiu o Fundo de Eletrificação e a Taxa de Eletrificação do Estado. A partir desse marco, o DAEE obteve orçamento suficiente para viabilizar a construção da Usina Hidrelétrica Capivari-Cachoeira e da Termelétrica de Figueira. Em 1954, foi criada a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel), com sede em Maringá, consolidando a estrutura energética do estado.

As críticas de Bento Munhoz da Rocha ao governo de Moyses Lupion concentraram-se, sobretudo, nas contradições contratuais do setor de energia elétrica e na ausência de um plano racional de obras. Segundo Munhoz da Rocha, o plano hidroelétrico de Lupion representava um programa "que envolvia muito de aspiração, mas quase nada de exame, de análise, de dados estatísticos, de padronização, de pesagem e de rumos consistentes para assegurar o êxito dos empreendimentos" (Paraná, 1951b, p. 90, p. 7 apud Karpinski, 2017).

Dessa forma, a política energética paranaense ingressou na década de 1950 evidenciando que, embora existisse um plano hidroelétrico para prover o estado de energia, seus projetos eram frágeis diante da realidade econômica do Paraná. Além disso, pesavam acusações contra as ações do DAEE na gestão de Lupion, incluindo desvios de suas funções originais e políticas voltadas ao financiamento das obras de geração de energia. Esse contexto criou um ambiente propício para profundas mudanças no setor energético paranaense, culminando na gradual assimilação do DAEE pela Companhia Paranaense de Energia (Copel), criada em 1954. Aos poucos, a Copel assumiu as obras e projetos hidrelétricos construídos, em andamento e projetados no Paraná, consolidando-se como a principal responsável pelo desenvolvimento da infraestrutura elétrica do estado até hoje.

Considerações finais

O presente estudo contribui para a compreensão do papel do Plano Hidroelétrico Paranaense (1948–1949) como parte de um processo mais amplo de planejamento estatal e modernização territorial no Brasil do pós-guerra. O plano, elaborado durante o primeiro governo de Moysés Lupion (1947–1950), representou uma tentativa pioneira de articular o discurso desenvolvimentista com práticas institucionais de gestão pública. Embora seus resultados práticos tenham sido limitados, sua importância histórica reside na formação de uma mentalidade de planejamento técnico-científico e na consolidação de um modelo de Estado intervencionista.

A análise dos documentos demonstra que, ao priorizar regiões de maior densidade demográfica e produtividade agrícola, o plano incorporava uma lógica de racionalização territorial voltada ao crescimento econômico — uma escolha coerente com a conjuntura populacional, mas que reforçou desigualdades regionais. Assim, a eletrificação funcionou simultaneamente como vetor de integração e mecanismo de diferenciação espacial, um fenômeno que ecoa até hoje nas políticas de infraestrutura.

A criação do DAEE e, posteriormente, da COPEL, consolidou um aparato estatal de longa duração, responsável pela expansão da energia elétrica e pela implementação de políticas públicas estruturadas. Esse modelo institucional inspirou outros estados e permitiu ao Paraná construir uma base sólida para seu desenvolvimento industrial e urbano nas décadas seguintes.

Em termos historiográficos, o estudo amplia a compreensão sobre o processo de eletrificação no Paraná, articulando-o com as dinâmicas de ocupação do território e com a formação das redes técnicas descritas por Milton Santos (2008). A eletrificação, mais do que um simples fenômeno tecnológico, deve ser interpretada como instrumento político e espacial de modernização, que transformou não apenas a paisagem material, mas também as formas de poder e de relação entre Estado, economia e sociedade.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio à pesquisa.

Referências



CESTARO, L. R.; CORDOVIL, F. C. S. O planejamento territorial no Paraná baseado na atuação do Movimento Economia e Humanismo no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, E202043, 2020. DOI 10.22296/2317-1529.rbeur.202043.

CESTARO, L. R. **Planejamento urbano e regional no Brasil: as ideias, planos e contribuições de Lebrete e da SAGMACS**. São Paulo: Annablume, 2019.

CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE DO BRASIL. **Panorama do setor de energia elétrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/5523/VisualizadorPdf?codigoArquivo=5565&tipoMidi a=0> Acesso em: 20 dez 2025

COPEL – **Companhia Paranaense de Energia. História da energia no Paraná**. 2025. Disponível em: <https://www.copel.com/site/institucional/nossa-historia/> Acesso em: 20 set 2025

CORDOVIL, F. S.; BARBOSA, L. C. Dos lampiões na clareira à eletricidade: aspectos da formação da rede elétrica na cidade de Maringá, Paraná, Brasil, de 1942 a 1967. **III Simpósio Internacional de História de la Electrificación**, Ciudad de México, Palacio de Minería, 2015.

GARDIN, C. A. **A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai no planejamento regional brasileiro (1951-1972)**. Dourados, MS: Ed. da UFGD, 2009.

KARPINSKI, Cezar. Política energética e construção de hidrelétricas na primeira metade do Século XX: reflexões sobre o caso paranaense. **Antíteses**, v. 10, n. 20, p. 961-978, jun.-dez. 2017. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil.

ORLANDO, Luiz. **Plano Hidro Elétrico Paranaense Moyses Lupion - Estado do Paraná**. Organização Departamento de Águas e Energia Elétrica, março de 1949. 72 p.

PARANÁ. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1948 pelo Senhor Moysés Lupion**, Governador do Estado. Curitiba, 1948a.

PARANÁ. **Lei nº 113 de 15 de outubro de 1948**. Cria o Departamento de Águas e Energia Elétrica e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, 19 out. 1948, ano 36, n. 194, p. 1, 1948b.

PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Águas e Energia Elétrica. **Plano Hidro-Elétrico Paranaense Moysés Lupion: 1ª e 2ª parte**. Curitiba, 1949.

PARANÁ. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura pelo Senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, Governador do Paraná**. Curitiba: [Imprensa Oficial], 1951b. SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SIQUEIRA, M. D.; OLIVEIRA, D.; SILVA, E. A.; TRINDADE, E. M.; MARCHI, E. **Um século de eletricidade no Paraná**. Curitiba: COPEL/UFPR, 1994.